



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001323-07.2025.6.22.8000.

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE do TRE-RO.

ASSUNTO: Prorrogação - Contrato Administrativo nº 28/2025 – Contratada: E.C.P. SOLUÇÕES SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI - Objeto: Execução de serviços técnicos ambientais, consistentes na complementação do diagnóstico do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD - **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 163 / 2025 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual seu deu a contratação direta em razão do valor (art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 2021) da empresa **E.C.P. SOLUÇÕES SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI**, CNPJ ° 10.726.497/0001-83, para execução de serviços técnicos ambientais, consistentes na complementação do diagnóstico do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, materializada no Contrato Administrativo nº 028/2025 (1413464) atualmente em execução, com termo final do prazo para **execução dos serviços fixado em 20/11/2025 e para vigência em 25/12/2025, de acordo com a Cláusula Terceira do instrumento contratual.**

02. Por meio da Solicitação nº 78/2025 (1439644) a gestão do contrato:

I - Noticiou que a contratada solicitou pelo Ofício 253/2025/ECP (1439643) a prorrogação de prazo (de execução) por mais 20 dias, dada a necessidade de prazo adicional para finalização da etapa de consolidação do relatório técnico, considerando a possibilidade de ajustes e complementações decorrentes da análise da fiscalização. Os levantamentos de campo já foram concluídos e a primeira versão do relatório será encaminhada nesta semana;

II - Entendeu como adequada a prorrogação simultânea de ambos os prazos (execução e vigência), reforçando que a medida não acarreta ônus adicional e permite que o relatório final seja entregue com qualidade técnica, dentro dos parâmetros exigidos pelo Ministério Público Estadual e pelos órgãos ambientais competentes.

03. Mediante o Despacho nº 2833/2025 (1440522), o Secretário da SAOFC, após análise do pleito, considerou que as justificativas para a prorrogação se apresentavam razoáveis, vez que a gestão contratual detalhou o atendimento dos pressupostos contratuais previstos na Cláusula Terceira do ajuste e enviou o processo à **COFC**, à **SECONT** para lavratura do instrumento contratual e a esta unidade jurídica para emissão de parecer jurídico.

04. Não houve manifestação da COFC.

05. Na sequência a SECONT juntou a minuta atualizada (1441044) do termo aditivo nº 01 ao contrato originário para o registros das alterações e enviou a esta unidade jurídica.

É o necessário relato.

II - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente, deve-se ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

08. Assim, tratando-se de controle de legalidade, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem o pedido de aditivo, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Nessa linha, a manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no

controle da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. Nesse aspecto, a discussão acerca do modelo de intervenção da unidade de auditoria neste processo - tratada no item 7 do Parecer Jurídico n. 1/2023 (0980302), não integra o referido escopo. Cabe esclarecer também que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da prorrogação contratual pretendida - Contrato de escopo: art. 6º, XVII c/c art. 111, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 - Registro do ato em apostila ou termo aditivo: § 5º do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 - Possibilidade.

09. Conforme consta do relato deste parecer, a gestão do contrato solicitou a **prorrogação dos prazos de execução dos serviços e vigência do contrato por mais 20 (vinte) dias**. A justificativa para a prorrogação do prazo de execução se deve à necessidade de prazo adicional para finalização dos serviços.

10. Entende-se possível a pretensão de prorrogação haja vista que se trata de um **contrato de escopo**, o qual poderá ter sua duração prolongada, de forma justificada, pelo tempo necessário à execução de seu objeto. Veja-se a definição trazido pelo **art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021**:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XVII - **serviços não contínuos ou contratados por escopo**: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto; (sem destaques no original)*

(....)

11. Como visto, a NLLC exige **justificativa para a prorrogação do contrato de escopo**. No caso em análise, tais justificativas relacionadas à necessidade da dilação do prazo de execução dos serviços constam da **Solicitação nº 78/2024 (1384183)** da lavra da ASSENTEGE. Na mesma linha, o **Contrato Administrativo nº 28/2024** também admitiu expressamente a possibilidade de prorrogação automática, desde que presente certas condições, veja-se:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

3.1. Este Contrato terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE-RO, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.2. O prazo para execução do objeto contratado será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES), podendo ser prorrogado a juízo da Administração, mediante justificativa da autoridade competente e observadas as seguintes condições:

3.2.1. Prestação regular dos serviços;

3.2.2. Inexistência de penalidades contratuais aplicadas por três vezes ou mais.

3.2.3. Manutenção do interesse da Administração na execução do serviço.

3.2.4. Manutenção do interesse da contratada.

3.2.5. Concordância expressa da contratada quanto à prorrogação.

12. Como visto, a referida cláusula contratual estabelece o cumprimento de certas condições para a prorrogação dos contratos de escopo, a saber: prestação regular dos serviços; inexistência de penalidades contratuais aplicadas por três vezes ou mais; manutenção do interesse da Administração na execução do serviço; manutenção do interesse da contratada e concordância expressa dessa quanto à prorrogação. Embora não tenha constado de forma expressa o cumprimento das referidas condições, nota-se que a execução do contrato vem se dando de forma regular, sem ocorrência de sanções à contratada.

13. Verifica-se que o item 3.1.1 da cláusula terceira do contrato estabelece que o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas no contrato. Por sua vez, no Despacho nº 2833/2025 (1440522), o Secretário da SAOFC enviou o processo à **SECONT** para elaboração da minuta de aditivo contratual.

14 Sobre tal questão deve-se registrar que, embora a AJSAOFC adotasse posicionamento no sentido de que os contratos de obras e serviços de engenharia, por caracterizarem-se como **contratos de escopo**, teriam suas vigências automaticamente prorrogadas enquanto não ocorresse a plena execução do objeto, **dispensando a lavratura de apostila ou termo aditivo para essa finalidade, tal entendimento foi alterado posteriormente**. Já no Parecer Jurídico CEPJ nº 1/2025 (1382592) orientou-se que os atos sejam **registrados em apostila**, veja-se:

(...)

39. (...)

PB Nº 01/2025 - ASSENTE

Análise da CEPI: a classificação dos contratos administrativos como de **escopo** é utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de escopo são aqueles contratos que "impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure". É, sem dúvida, o caso dos contratos que têm por objeto obras públicas.

ao contrário do regime da Lei nº 8.666, de 1993, a matéria se encontra atualmente disciplinada pelo art. 111 da LLC, veja-se:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Como visto, a regra do PB está em harmonia com a redação da Lei nº 14.133, de 2021. **É salutar a adoção do termo de apostilamento para as prorrogações.** Esse procedimento permitirá, **primeiro**, apurar eventual culpa do contrato, situação que poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais e, **segundo**, dimensionar novos prazos de vigência porque não seria crível que a Administração possa ter seu interesse subjugado pelo exclusivo arbítrio do contratado, o qual teria um tempo indeterminado para a conclusão do objeto. De notar-se que o prolongamento desarrazoado da execução poderá levar à extinção do contrato e aplicação das medidas previstas na LLC e no próprio contrato.

(...)

15. Embora a referida manifestação jurídica se refira à "apostila," em harmonia com a redação do § 5º do art. 155, da LLC, **nada impede que o registro do ato se dê também por meio de termo aditivo.** Aliás, este instrumento é recomendado por economicidade quando a prorrogação dos prazos contratuais ocorra concomitantemente a outro incidente de execução contratual que, por sua natureza, requeira a lavratura de termo aditivo.

16. Nesses termos, esta Assessoria Jurídica verifica que, em face das justificativas apresentadas pela gestão do contrato (1439644), a prorrogação dos prazos pretendida poderá ser deferida com fundamento no art. 6º, XVII c/c art. 111, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato Administrativo nº 28/2025 (1413464).

3.2 Da Análise da minuta do Termo Aditivo:

17. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do Termo Aditivo nº 01 (1441044) ao contrato nº 28/2054 para o registro da prorrogação de prazos indicados pela gestão do contrato, já analisada na seção anterior deste parecer. Assim, resta a esta unidade jurídica a sua análise formal para verificação da adequação de suas regras à realidade fática e jurídica que se pretende regular, o que se fará adiante:

TÍTULO E PREÂMBULO: redação adequada;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Item 1.1

I - Registra a prorrogação do **prazo de vigência** do contrato original por mais 20 (vinte) dias a partir de 27/12/2025, com termo final em 15/01/2026: **redação adequada**, na forma analisada na Seção 3.1 deste parecer.

II - Registra a prorrogação do **prazo de execução** do contrato original por mais 20 (vinte) dias, contados a partir de 21/11/2025, com termo final em 10/12/2025: **redação adequada**, na forma analisada na Seção 3.1 deste parecer.

Item 1.2 Indica os eventos nos quais constam as justificativas para os atos registrados no aditivo: **redação adequada.**

Item 1.3 Referência ao histórico da contratação que consta no Anexo I do instrumento: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR.

Item 2.1 Registra a prorrogação de prazos não possui efeito financeiro: **redação adequada.**

Item 2.2 Ratifica o valor total do contrato para fins de verificação dos limites máximos de acréscimos e supressões: **redação adequada**, decorre de regra legal: art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Item 3.1 Ratifica que não há exigência de garantia de execução para a contratação e, consequentemente, para o aditivo: **redação adequada.**

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

Item 4.1 Registra as principais fontes normativas que embasaram os atos registrados no aditivo: **redação adequada.**

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO.

Item 5.1 Ratificação dos demais elementos do contrato: **redação adequada.**

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Item 6.1 Registra a divulgação do ato no PNCP e no sítio oficial do TRE-RO na internet, sem prejuízo da publicação DEJe-RO: **redação adequada.**

ANEXO I: Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada.**

18. Face a análise detalhada no item anterior, verifica-se que os dados registrados na minuta atualizada trazida ao processo pela SECONT no evento 1441044 encontram-se em conformidade com os fundamentos deste parecer jurídico e de acordo com os dados informados pela gestão do contrato, sobre os quais esta unidade jurídica, repita-se, não tem competência para se manifestar. Assim, verifica-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV - CONCLUSÃO

19. Pelo exposto, opina esta unidade jurídica:

I - em face das justificativas apresentadas pela gestão do contrato (1439644), analisadas na Seção 3.1 deste parecer, pela **possibilidade jurídica da prorrogação dos prazos de vigência do contrato e execução do objeto pretendidos**, na forma como registrados na minuta da SECONT juntada no evento 1441044, que poderá ser deferida com fundamento no art. 6º, XVII c/c art. 111, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato Administrativo nº 28/2025 (1413464).

II - Pela adequação legal da minuta do Termo Aditivo nº 01 trazida ao processo pela SECONT (1441044), haja vista que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

20. Tratando-se de simples prorrogação da avença, portanto, incidente contratual sem efeitos financeiros, não houve manifestação da COFC.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 19/11/2025, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1441044** e o código CRC **24574EFC**.